

PT: CONGRESSO DE CRISE

DECISÕES CONTRÁRIAS À SUA BASE SOCIAL



Na abertura, Lula e Dilma pedem apoio ao plano de ajuste de Levy.

APOSENTADORIA: 85/95, SEM PROGRESSIVIDADE! (pág. 9)
PROPOSTA DO GOVERNO DE CHEGAR A 90/100 É INACEITÁVEL

Estudantes

Contra os cortes da educação
pág. 2

Moradia

Movimento cobra de Haddad (SP)
pág. 4

Petrobras

Organizar a luta contra a ofensiva do PSDB
pág. 9

Venezuela

Provocação de tucanos a serviço do imperialismo
pág. 10

Acampamento contra os corte na Educação

Depois do Congresso da UNE, estudantes vão a Brasília, “fora Levy”, diz a faixa

Ouvimos Sarah Lindalva sobre as mobilizações da UNE, logo depois do seu 54º Congresso. Estudante de Letras da UNB e militante da Juventude Revolução, Sarah foi eleita diretora da entidade neste congresso. Entrevista a Luã Cupolillo.

O Trabalho – A nova direção da UNE, depois do congresso começou uma mobilização. Como está a luta?

Sarah Lindalva – O “OcupeBrasília” assim como as calouradas unificadas, a paralisação nacional no dia 11 de agosto e a caravana à Brasília integram a resolução de conjuntura aprovada no congresso. Diante dos cortes na Educação, imposto pelo ajuste fiscal, os estudantes da tese “UNE é pra lutar!”, pela qual fui eleita diretora da UNE, impulsionaram no congresso um abaixo assinado para aprovar a agenda acima como resolução. Agora estamos na batalha para fazer a UNE aplicá-la. Por isso, construímos o “OcupeBrasília”, um acampamento em frente ao Ministério da Fazenda contra o ajuste fiscal, os cortes na educação e pelo Fora Levy. Ficamos acampados por dois dias, quando realizamos várias manifestações.

OT – O congresso também aprovou a luta contra a redução da maioria penal.



Acampamento em frente ao Ministério da Fazenda

SL – Sim, frente aos ataques que a juventude vem sofrendo o “OcupeBrasília”, além da luta contra os cortes, impulsionou o ato na Câmara dos Deputados, contra a redução da maioria penal. A mando de Cunha (PMDB), a polícia legislativa reagiu com truculência à manifestação que fazíamos na Comissão que discutia o assunto, nos agredindo e expulsando. A votação foi adiada. Uma semana depois, sem permitir a entrada do público, a Comissão aprovou a redução por 21 contra 6. Alguns manifestantes conseguiram furar o bloqueio entrando pelo Senado. A votação em plenário está marcada para o próximo dia 30. Desta vez, a UNE conseguiu uma decisão liminar de Habeas Corpus do STF que, em tese, deve garantir nossa entrada. A Juventude Revolução tem se engajado bastante nessa mobilização.

Outra luta importante é a defesa do pré-sal em unidade com os petroleiros. A UNE e a Ubes tem que se empenhar em combater o ataque ao regime de partilha, como propõe Serra (PSDB) no Senado. Na votação do pedido de urgência deste projeto, com companheiros da UBES, UESDF, da FUP e do Sindpetro-SP, puxamos palavras de ordem contra a concessão. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB) deu ordem para esvaziar o plenário e, mais uma vez, a polícia legislativa com truculência retirou os petroleiros, usando armas de choque. É preciso organizar debates nas escolas e faculdades, traçar uma grande mobilização para barrar os ataques à Petrobras.

OT – Com o final do semestre letivo, o que a UNE está preparando para o segundo?

SL – Segundo a agenda de lutas aprovada no congresso, além de construir as mobilizações e as greves que estão em curso, o próximo passo serão as calouradas unificadas contra os cortes e, em agosto, a cons-

trução da paralisação estudantil no dia 11. A UNE tem avançado na sua posição contra o ajuste. Nossa batalha é que continue nesse caminho. Minha posição até o fim será de organizar as lutas que deliberamos no congresso. Farei este combate interno na direção e nós da Juventude Revolução vamos ajudar a construir essas mobilizações desde a base. “Não vamos deixar as ruas” esse deve ser o lema para este período.

A SITUAÇÃO DAS PRISÕES

Segundo a Defensoria Pública, em sete unidades prisionais do Rio de Janeiro predominam “condições totalmente sub-humanas”: comida estragada, relatos de tortura, maus tratos e superlotação (o déficit de vagas no país chega a 300 mil, segundo o Ministro da Justiça).

Em Bangu 10, a falta de comida levou detentos a comer papel higiênico molhado. Em São Cristóvão, a água que bebiam tinham larvas, vistas a olho nu. Em São Gonçalo, os agentes vendem os banhos de sol por R\$150. Esse é o buraco em que querem jogar nossos jovens.

OS MAIS ATINGIDOS

O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) traçou um perfil do menor infrator que está cumprindo medida socioeducativa. 66% vivem em famílias extremamente pobres, 60% são negros e 51% não frequentavam escola na época do delito. Eles se envolveram principalmente roubo (40%) e tráfico (23,5%).

Tudo isso comprova que a redução da maioria penal iria piorar ainda mais uma situação que já é perversa para o adolescente pobre e negro: empurrado para as drogas, ameaçado cotidianamente pela polícia racista, principal vítima da violência urbana, agora querem tirá-lo do convívio em sociedade. Ao invés de encarcerar nossos jovens, é preciso oferecer perspectiva na vida, com educação, trabalho digno, cultura e lazer.

Comissão vota redução da maioria penal

Projeto de emenda constitucional segue agora para votação em plenário

A Comissão Especial da Câmara que discutia a redução da maioria penal terminou seu trabalho a portas fechadas, aprovando o relatório favorável a que menores, a partir de 16 anos, envolvidos em crimes hediondos, roubos e tráfico sejam julgados como adultos e punidos no falido sistema carcerário. A redução englobaria 78,8% dos menores infratores, quase todos envolvidos com roubo ou tráfico. Os casos de crimes hediondos não chegam a 3% dessa lista – ou seja, 3% de um universo que representa 0,08% dos adolescentes brasileiros.

Proposta de Serra não é alternativa

Em 30 de junho, quando Cunha quer colocar a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) em votação no plenário, são esperadas caravanas à Brasília, vindas de vários estados, contra a redução.

A presidente Dilma disse ser contrária à redução, mas o seu ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o



Festival de grupos Hip Hop, organizado com a JR em Santa Maria (DF) vira ato contra a redução

ministro de Direitos Humanos, Pepe Vargas, e o senador José Pimentel (PT-CE) articulam em favor do projeto do senador José Serra (PSDB-SP), como uma pretensa alternativa à redução da maioria. Pimentel apresentou relatório favorável a que haja aumento de pena de internação de menores infratores dos atuais três para até 10 anos.

Serra, em 2012, havia proposto tratar alunos como potenciais criminosos e monitorá-los. O autor da proposta deveria ser dica suficiente de

que ela não tem nada a ver com os interesses da juventude e do povo! O projeto de Serra tem o mesmo conteúdo de penalização do jovem. Ele se baseia no mesmo discurso falso que penas maiores reduziriam a violência. E teria a vantagem de garantir o encarceramento da juventude sem esbarrar num obstáculo

jurídico, já que a proposta de redução da maioria pode ser questionada como inconstitucional.

Resistência ao projeto

Apesar de um amplo apoio da população em geral (87%, segundo o Datafolha), levada a acreditar que a medida resultaria em maior segurança, o movimento que combate a redução tem ganhado apoio de artistas, juízes e defensores públicos. A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, por exemplo, afirma cor-

retamente que “os adolescentes são mais vítimas que responsáveis pela violência que apavora a população”. No Rio, um festival na Praça XV teve 80 apresentações culturais e reuniu 20 mil pessoas. Em São Paulo, outro festival está marcado para o próximo dia 28.

Priscilla Chandretti

O Brasil e o PT que o 5º Congresso não ouviu

A situação é cada vez mais difícil para os trabalhadores, ameaçados de desemprego, queda nos salários e perda de direitos. Mais difícil também para os que precisam de terra para trabalhar, educação, saúde e moradia. Na origem da dificuldade está o plano de ajuste fiscal comandado pelo ministro Levy.

Esse Brasil, representado pela maioria do povo trabalhador, não foi a preocupação da maioria dos delegados, maioria estreita, é bem verdade, presentes ao 5º Congresso do PT.

Alheia ao desemprego que não para de crescer, à diminuição do consumo das famílias trabalhadoras, alheia enfim à situação do Brasil real, a cúpula partidária resolveu, atendendo ao pedido de Lula e Dilma, seguir em frente na sua submissão à política econômica que está levando o país ao desastre, impondo sacrifícios à classe trabalhadora. E não faltou oportunidade! A exigência de uma nova política econômica, com a interrupção imediata da política de ajuste, foi apresentada ao Congresso, notadamente através de um manifesto assinado por 400 sindicalistas petistas, encabeçado pelos dirigentes nacionais da CUT.

A cúpula também tapou os ouvidos e fechou os olhos para a situação do próprio partido, ameaçado em sua existência, por essa política que o afasta de sua base social e abre o flanco para o avanço das forças reacionárias,

como a submissão ao presidencialismo de coalizão no qual quem manda é o PMDB.

Cega e surda também aos mecanismos de organização partidária, que cada vez mais esvaziam o PT do vigor de sua militância, como o Processo de Eleições Diretas (PED). A cúpula orientou a maioria de seus delegados a decidirem manter tudo como está.

CÚPULA SURDA, CEGA E MUDA À LUTA DOS TRABALHADORES

Com as decisões do 5º Congresso perdem os trabalhadores, perde o partido. Mas, enganam-se os que acham que tudo está perdido!

A mobilização da base social do PT, os trabalhadores da cidade e do campo, que durante todo primeiro semestre marcou o cenário político, começa a irromper até mesmo dentro do limitado quadro de um Congresso com delegados eleitos há dois anos.

A estreita margem de votos com a qual a cúpula impôs o bloqueio às propostas que abriam uma saída positiva para o país e o PT, se deu pelo descongelamento que se expressou dentro do Congresso.

O manifesto dos sindicalistas, a maioria identificada com a corrente majoritária (Construin-

do um Novo Brasil), é o dado mais expressivo de um processo que se amplia, no qual setores de todas as correntes buscam resistir ao curso impresso pela contradição da política partidária com sua base social.

Esse processo pode indicar uma recomposição dentro do partido, na busca de reatar com seus compromissos originais, única saída positiva para um partido dos trabalhadores.

A Corrente O Trabalho, parte constitutiva do PT, seguirá, ao lado dos companheiros e companheiras do Diálogo e Ação Petista, ajudando a levar esse bom combate.

Depois do 5º Congresso, a vida se impõe. Diante de um PT desarmado, a ofensiva reacionária se amplia, para fragilizar ainda mais o governo e o PT, inclusive para seguir a pressão para ir até o fim na política do ajuste fiscal.

Mas a luta da classe trabalhadora para a qual a cúpula partidária está surda, cega e muda, não vai cessar porque o 5º Congresso assim decidiu!

Ao lado da classe trabalhadora, vamos prosseguir a luta por outra política econômica, em defesa da nação e dos trabalhadores.

Junto com o Diálogo e Ação Petista, vamos ajudar nesse processo de recomposição que se anuncia, de militantes das mais diferentes origens que buscam se manter fiéis aos compromissos assumidos há 35 anos com a maioria oprimida do povo brasileiro.

RECESSÃO 1

Em 11 de junho a GM anunciou férias coletivas a 16,6 mil funcionários de cinco unidades – São Caetano do Sul, São José dos Campos, Mogi das Cruzes (em SP), Gravataí (RS) e Joinville (SC).

Também nesse mês de junho, montadoras do Rio de Janeiro colocaram milhares de funcionários em férias coletivas ou lay-offs.

A fabricante de ônibus e caminhões MAN (marca Volks) antecipou, no dia 15, de 6 de julho o dia 22 de junho o lay-off de 600 funcionários da fábrica de Resende. O retorno dos funcionários será só em novembro. Em nota, a empresa informou que o lay-off ocorre após medidas recentes de antecipação das folgas, férias coletivas e demissão voluntária. Medidas que “não foram suficientes para enfrentar a queda em vendas registrada nos primeiros cinco meses de 2015, perto de 40% em comparação com o mesmo período do ano passado”.

Segundo um diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, 800 trabalhadores do primeiro turno vão ter salário reduzido em 10%.

RECESSÃO 2

Também em 15 de junho, a fábrica da PSA Peugeot Citroën, na cidade de Porto Real (RJ) iniciou férias coletivas para 2.000 funcionários. O Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense informou que, no início

deste ano, a PSA Peugeot Citroën pretendia cortar o segundo turno da fábrica de Porto Real e que isso não aconteceu graças a um acordo.

A Nissan, na unidade em Resende, colocou em férias coletivas entre 24 de junho e 10 de julho 900 trabalhadores, segundo o sindicato. A empresa, em nota, informa que as férias coletivas foram dadas em “função da redução da demanda do mercado automotivo brasileiro registrada nos últimos meses”.

CESTA BÁSICA

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), pelo segundo mês consecutivo, a cesta básica subiu em 17 das 18 capitais pesquisadas. O Dieese divulgou a pesquisa dados no último dia 9. Segundo os dados, as maiores altas no mês de maio ocorreram nas cidades do Nordeste: Fortaleza (8,89%) e Recife (7,73%), Salvador (10,69%).

Nesse mesmo mês, o maior custo da cesta básica foi o de São Paulo, correspondendo a R\$402.

Carne bovina, leite, óleo de soja e pão estão entre os produtos que tiveram maiores altas de preço.

Nos últimos 12 meses (junho de 2014 a maio de 2015), a alta da cesta básica nas 18 capitais pesquisadas varia de 3,12% (em Belo Horizonte), 5,07% (em Porto Alegre) a 25,41% (em Salvador).

Memória

STALINISTAS APOIAM “ABERTURA” DE FIGUEIREDO

Não é só o PCB [Partido Comunista Brasileiro] que faz declarações de apoio à “abertura” de Figueiredo. Também o PC da União Soviética, através do seu órgão oficial, o “Pravda”, na edição de 25 de junho último, quer fazer crer aos trabalhadores que a finalidade das atuais reformas políticas (...) é a de promover um “retorno à democracia e o restabelecimento da administração civil”. Agora, é só explicar aos trabalhadores que as prisões de sindicalistas e processos na Lei de Segurança Nacional também têm o objetivo de acalmar a “certos ambientes neofascistas”, e que contra tais setores devemos todos nos unirmos ao ditador.

O Trabalho nº 112 – 1/7/1981



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Arte: Antônio do Amaral Rocha

Movimento de moradia se dirige ao prefeito Haddad

Ocupação Douglas Rodrigues exige Decreto de Interesse Social para evitar a reintegração de posse

A ocupação Douglas Rodrigues, na Vila Maria (zona norte da capital paulista), hoje conta com duas mil famílias que lutam pelo direito à moradia, habitando um terreno que está abandonado há mais de 22 anos e encontra-se penhorado pelo governo federal, em função de um débito de 1 bilhão de reais com os cofres da União. O nome da ocupação é uma homenagem ao jovem Douglas Rodrigues, morador do bairro, assassinado com um tiro no peito pela PM em setembro de 2013.

Nos últimos dois anos, moradores e a direção do Movimento Independente de Luta por Habitação da Vila Maria (MIVM) estão em luta constante para reverter as decisões de

reintegração de posse da área. No último 13 de maio, houve nova decisão da Justiça que permite a desocupação do terreno pela PM, o que joga no desespero as famílias que lá vivem e que não têm para onde ir.

No dia 20 de junho, uma comitiva da ocupação, organizada com faixas, bandeiras, com mais de 100 moradores foi ao encontro do prefeito Fernando Haddad (PT), em visita na região, para exigir que assine o decreto de Interesse Social da área, única forma de impedir que aconteça a reintegração de posse já decretada, e garantir a segurança das famílias. Os manifestantes diziam com força e entusiasmo as palavras de ordem: "Assina o decreto! Assina o Decreto! Vila Ma-



20/06: moradores da ocupação exigem de Haddad (PT) que evite o despejo

ria, Vila Maria!". Haddad falou em praça pública: "Vocês podem ficar tranquilos, pois a Prefeitura vai procurar os meios para que a área seja destinada às famílias que lá moram.

Vou pedir o prazo de uma semana para estudar a questão e propor uma solução". Um ofício foi entregue pelo movimento solicitando que a Prefeitura crie um grupo de trabalho centralizado no gabinete da vice-prefeita Nádia Campeão, presente no ato, para ordenar as ações do município.

Os moradores consideram que esse foi um passo importante no processo de luta pela moradia. Nos ônibus que traziam todos de volta à ocupação, se reafirmava a disposição de continuar a luta até a vitória.

Greve dos docentes: é hora da unidade!

Chegam a 35 as entidades de base que participam da greve das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). A novidade é o chamado do Proifes (federação de sindicatos) e suas afiliadas, aderirem ao movimento grevista, tendo encaminhado ao governo sua pauta de reivindicações e constituído uma comissão de mobilização. Algumas entidades vinculadas ao Proifes já tinham, desde maio, aderido ao movimento, como é o caso do Sindicato dos Professores

da Federal da Bahia, (APUB). A mudança no estado de ânimo da categoria coincide com o anúncio do Ministério da Educação, na reunião da Andifes (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), do corte de 47% nos investimentos nas universidades federais, pondo em xeque também o custeio. Com a ampliação da greve e a adesão do Proifes, se reúnem as condições para conquistar do governo a pauta de reivindicações geral dos ser-

vidores públicos federais, também em mobilização, e a pauta específica dos docentes. Registre-se que o próprio presidente da Andifes solicitou do Ministro da Educação a "continuidade, com efetividade, das negociações com as entidades representativas das categorias em greve", se prontificando a auxiliar nas tratativas.

Neste momento em que tanto o Andes-SN como o Proifes protocolaram suas pautas e em que na audiência do dia 23 de junho o governo se

comprometeu a apresentar uma proposta, é preciso unificar as assembleias na base e constituir em todas as universidades federais comandos unitários de greve. Embora tenham apresentado pautas separadas, Andes-SN e Proifes devem elaborar, diante da eventual proposta do governo, uma contraproposta única, discutida e aprovada em assembleias de base. O momento é propício, todos juntos: Negocia, Dilma!

Claudio Lira

Professores de São Paulo encerram greve

Governador Alckmin (PSDB) desconta dias parados e não atende reivindicação salarial

Depois de três meses de greve, iniciada em 13 de março, os professores paulistas decidiram, em assembleia realizada em 12 de junho, encerrar o movimento. Durante a mobilização a categoria enfrentou a intransigência do governo tucano, que se recusava a negociar e cortou o pagamento. Em entrevista a O Trabalho, Reinaldo Matos, dirigente da Apeoesp, sindicato da categoria, traça os primeiros elementos de um balanço, que deve ser aprofundado, como ele mesmo ressalva.

O Trabalho – Depois de três meses de greve, o que a categoria conseguiu?

Reinaldo Matos – Economicamente em curto prazo nada! O governo não queria negociar, alegando que nossa data-base é em 1º de julho. Na verdade é 1º de março. A categoria termina o movimento sem nenhum reajuste imediato, mas com o aceno do governo de um aumento em 1º de junho. Através de seu sindicato a ca-

tegoria conseguiu arrancar esse compromisso do governo, o que vai contra o Decreto 61.123/15, de corte de verbas dos serviços públicos e que proíbe dar aumento ao funcionalismo. Agora a luta continua. No próximo dia 4 de julho reúne-se o Conselho Estadual de Representantes. Para a suspensão da greve pesou a questão financeira, pois o governo cortou o nosso pagamento.

OT – Quais foram os principais pontos positivos e quais os obstáculos?

RM – Ponto positivo foi a pauta de reivindicação, também vimos no movimento um forte sentimento de unidade e uma confiança maior no sindicato. Entre os obstáculos, além da intransigência do governador, enfrentamos uma política divisionista e denunciada da oposição. Outra questão, e aqui a responsabilidade é da direção é a desorganização das nossas assembleias, onde votam alu-



Reinaldo Matos

nos, ambulantes, militantes de partidos e de outros sindicatos. É necessário que nas nossas assembleias só participem os professores, a categoria representada pelo nosso sindicato, a Apeoesp, pois é ela que deve definir os ruos do movimento.

OT – Com o fim da greve, quais as perspectivas?

RM – Vamos prosseguir a reflexão e

discussão do balanço para tirar todas as lições desse longo movimento. Mas, desde já é preciso reorganizar a continuidade da luta. Isso passa por combater o desmonte da educação pública no estado de São Paulo. Passa também por não aceitar a reforma do ensino médio, que o Secretário da Educação do estado está querendo impor, através de um currículo fragmentado e rebaixado e que piora o ensino e aprendizagem dos alunos. Continuar a luta pela valorização dos docentes. A Apeoesp tem que combater o PL 6840/13, de reforma do ensino médio que tramita no Congresso Nacional. Para melhorar a educação pública é preciso de mais investimento, o contrário da política econômica de ajuste fiscal que está sendo implementada. Valorização dos professores, que devem ser bem remunerados, redução da jornada de trabalho, redução de alunos por sala de aula, escolas bem equipadas e segurança.

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



FALTA DE RESPOSTA NO 5º CONGRESSO AMPLIA A CRISE DO PT

Reunião do Comitê Nacional do DAP inicia a discussão de balanço e as próximas tarefas

O Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista (DAP), reunido em 20 de junho, começou uma avaliação sobre os resultados do 5º Congresso do PT que, em geral, ampliam a crise e a paralisia do partido. Mas, registrou também importantes manifestações de resistência, com destaque para o manifesto dos sindicalistas, muitos deles da corrente majoritária CNB, encabeçado pelo presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, com duras críticas à política econômica e a exigência de que o partido volte a representar os interesses dos trabalhadores.

Uma semana após o Congresso, a crise política e econômica do país só se agravou. O número de demissões cresceu e o cerco se aprofundou, com

as novas prisões da Operação Lava-Jato, e a provocação armada por senadores demotucanos na Venezuela.

O Congresso não aprovou sequer propostas anteriormente feitas pelo próprio campo majoritário, e aprovada pelo DN, como a não aceitação pelo PT de contribuições empresariais. O texto adotado, a Carta de Salvador, só foi conhecido (e mal lido) no próprio Congresso, depois de ter sido aprovado! Quanto ao PED, que foi mantido, um seminário, no prazo de 90 dias, deverá discutir mudanças, embora a única proposta que se conheça até agora seja a isenção de contribuição dos militantes “comuns” (aqueles que não têm cargo eleito ou de confiança).

Porém, o 5º Congresso mostrou

também que cresce a resistência da base. Evidências disso foram as votações apertadas, várias delas exigindo contagem dos votos, e as dissensões, em particular no interior do campo majoritário.

Com uma delegação pequena, o Diálogo e Ação Petista teve uma participação destacada. Marcou o congresso, logo na abertura, com uma manifestação de solidariedade ao companheiro João Vaccari Neto, preso injustamente pela Operação Lava-Jato e deu o tom nas principais polêmicas, combatendo o Plano Levy e a política de alianças (o plenário gritou “Fora Cunha!”) e defendendo, junto com o ministro Patrus Ananias, o fim do PED e a volta dos encontros de base.

O DAP viu seu papel aumentar, no atual ambiente de crise e paralisia do partido. Cabe agora reforçar os laços com todos aqueles que procuram “resgatar o PT para os petistas”, como os sindicalistas, e organizar a participação em espaços importantes, como o Encontro Nacional pela Constituinte, previsto para a Semana da Pátria.

Sem pretender um balanço acabado, o Comitê Nacional decidiu publicar a ata da discussão feita. A discussão continua, incluindo as reflexões que serão feitas nas reuniões na base, às quais convidamos os aderentes do Diálogo e Ação Petista a organizarem.

Roberto Salomão

“UM PARTIDO QUE TANTO CONTRIBUIU COM A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA NÃO VAI SE ENTREGAR”

A vereadora Juliana Cardoso, da Executiva Nacional do PT avalia os resultados do 5º Congresso

1. Em sua opinião o 5º Congresso do PT conseguiu dar respostas adequadas à situação política?

Não conseguiu, porque terminou sem que os principais problemas tivessem resultados satisfatórios, ou seja, prevaleceu uma maioria contrária a criticar o ajuste fiscal, a mudar a política de alianças, à constituição de uma frente de esquerda, à mudança no sistema eleitoral interno e a realizar um novo congresso no final de 2015. O partido perdeu a oportunidade de ter um entendimento claro e uma opinião clara de que esses problemas estão colocando o PT na difícil situação em que nos encontramos hoje. Estes temas são base fundamental dos problemas que estamos enfrentando.

2. Como vê o fato do Congresso ter aprovado, por pequena margem, o ajuste fiscal de Levy?

No momento em que a crise econômica aprofunda a crise social e que em todo o país há rejeição ao PT e aos petistas, hostilizados nas ruas em função da perseguição da elite, da mídia golpista, do anúncio de mudanças na aposentadoria dos trabalhadores, nas confusões no financiamento estudantil-Fies, mas principalmente em função da política econômica do governo, seria o momento

ideal para o partido em seu 5º Congresso marcar posição contra o plano Levy, que levou o país para a inflação e ao aumento da conta de água, da conta de luz, da gasolina, do diesel e do dólar.

Na divergência em relação à política econômica, somente 45% dos delegados e delegados presentes votaram a favor de uma resolução que criticava abertamente o ajuste fiscal. A corrente majoritária conseguiu fazer aprovar o apoio à política econômica no que foi a principal votação do 5º Congresso.

3. E o PED, que continua, é a melhor forma de organização interna do partido?

O Processo de Eleições Diretas (PED), que é uma criação do PT para escolher a direção do partido, em sua concepção foi importante para o Partido dos Trabalhadores, porém aquilo que deveria diferenciá-lo de outros partidos e deveria se transformar numa mobilização de nossa militância e filiados, acabou cerceando o debate político e prestando um desserviço ao partido. Em minha opinião, o PED não tem salvação. E a salvação do PT passa pelo fim do PED. O que foi concebido para ir às ruas, bairros, escolas, escritórios e fábricas e também para ir às redes,



Juliana na manifestação, na Avenida Paulista, chamada pela CUT em 13 de março, contra as MPs 664 e 665 do Plano Levy

discutir, mobilizar, decidir para que o PT continuasse liderando as mudanças no Brasil a favor do nosso povo e do nosso país, aos poucos foi perdendo a força e acabou cerceando o debate político e se transformando num desserviço.

O PT nunca precisou tanto discutir e mobilizar, mas o que vimos lá, foi uma discussão tumultuada. De um lado a defesa da extinção do PED por conta dos seus vícios e de outro lado a chapa majoritária que defendeu o PED como está sendo feito dizer que o PT era um partido de massas.

O que se percebeu foi que a maioria trocou a discussão da política somente pela defesa dos mandatos. A votação foi de 60% a 40% a favor do PED.

4. A discussão foi acalorada. Afinal, quem ganhou e quem perdeu?

Tivemos debates importantes e enriquecedores, ficou claro que a diferença entre os que querem mudança e os que não as querem é muito pequena. Saímos do congresso como entramos, o PT não alterou sua posição em relação aos temas em debate, e para quem considerava que a situação exigia uma mudança profunda e rápida por parte do PT, a conclusão é que o Congresso optou por não mudar, por uma pequena diferença, que oscilou em torno de 50 votos.

Mesmo com as divergências de opiniões e posições, é notório que o PT está bem vivo e que o que unifica o partido é a sua militância, representada pelos delegados, que está disposta a contribuir e a lutar. Afinal de contas, um partido que tanto construiu e contribuiu com a classe trabalhadora brasileira não vai se entregar, com certeza irá se reencontrar, recompor suas fileiras, acertar o que for necessário e se fortalecer para continuar na luta com o nosso povo.

5º Congresso: decisões aprofundam contradição

Vitória de pirro. Uma maioria sem discurso num congresso que mostra que lutam pelas ideias

Em pé, aplaudindo e gritando “partido é dos trabalhadores”, o plenário manifestou apoio à solidariedade prestada por Markus Sokol ao companheiro Vaccari “injustamente preso”, no início da defesa da tese “Resgatar o Petismo no PT”, do Diálogo e Ação Petista (DAP). Foi o único momento de unidade partidária, onde predominava o sentimento de defesa do PT.

Mas, na sequência, o Congresso foi por outro caminho. O que ressaltou o descolamento de setores da maioria, Partido que Muda o Brasil (PMB), liderada pela corrente Construindo um Novo Brasil (CNB), setores da Mensagem ao Partido, na busca de uma política de ruptura com a atual orientação da cúpula que fragiliza o PT frente à ofensiva reacionária contra o partido.

Já na abertura, durante a tarde, os delegados foram confrontados à bizarra situação de votar em um texto que não conheciam, “Carta de Salvador”, apresentado pelo PMB.

Markus Sokol, do Diretório Nacional, apresentou a tese do DAP, a segunda a ser apresentada ao plenário.

“É PRECISO PARAR ESSA POLÍTICA SUICIDA”

“O Manifesto de Fundação do PT não envelheceu. Seu abandono é causa de muitos de nossos problemas.

Por exemplo, a ‘operação abafa’ para não criticar o governo: na segunda-feira, nos disseram que Levy não podia ser tomado por Judas, na terça-feira já falavam que ele está mais pra Cristo, depois que cheguei aqui ele já foi santificado e subiu aos céus, pois nem pode mais ser criticado!

A Carta de Salvador não fala do ajuste, fala de algumas coisas bonitas, fala do céu para quem agora e aqui está no inferno!

Isso é a guinada econômica do plano Levy: 100 mil demitidos em abril (50 mil na indústria); o consumo no 1º trimestre caiu pela primeira vez desde 2003; o FMI aplaude e pede mais, quer mexer no reajuste dos salários.

Os oradores precedentes [que defenderam a Carta de Salvador, NDR] já falaram bastante das conquistas sociais dos últimos anos. Mas não que o Plano Levy está parando o país:



Plenário aplaude em pé solidariedade a Vaccari manifestada por Sokol (no telão) na abertura da defesa da tese

parou o PAC, o Fies, o Minha Casa e a Reforma Agrária nem se fala.

Por isso os intelectuais estão contra o ajuste, como os dirigentes dos movimentos populares. E por fim a CUT propõe a mudança da política econômica.

Afinal, não é justo cortar 70 bilhões dos ministérios, mais 12 a 14 bilhões dos direitos trabalhistas, só para fazer superávit primário, depois de dar 100 bilhões em desonerações aos patrões!

É preciso parar essa política suicida que põe em risco a base social do PT, e fragiliza o próprio governo.

É preciso acabar com o superávit

primário para destravar os investimentos. Fazer a reforma agrária e urbana. É preciso derrubar os juros e centralizar o câmbio. É preciso proteção comercial para reindustrializar o país. É preciso uma reforma tributária para os ricos pagarem imposto. É preciso a ‘mãe de todas reformas’, a reforma política que só uma Constituinte exclusiva e soberana

na pode fazer”.

Na votação, renunciando o que viria pela frente, a maioria dos delegados (PMB) votou a favor da “Carta de Salvador”, texto que só conheceram depois. Em grupos de discussão, no dia seguinte, teve delegado pedindo leitura do texto, pois nele havia votado, sem conhecer.

Assim a cúpula do partido “coesionou” sua bancada para bloquear qualquer possibilidade de que o 5º Congresso abrisse uma saída para a crise que vive o partido. A defesa do PT, sentimento manifestado na abertura, esvaiu-se nas resoluções adotadas.

“O PT DE VOLTA PARA OS TRABALHADORES”

O Manifesto encabeçado pelos petistas da Executiva Nacional da CUT e assinado por 400 sindicalistas do Brasil, “O PT de volta para os trabalhadores”, impactou os delegados. Nele se afirma: “A política de ajuste fiscal regressivo e recessivo inaugurada com a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda coloca o PT contra a classe trabalhadora e as camadas populares que sempre foram sua principal base de apoio (...). Sabemos o que ocorreu na história recente com partidos de esquerda que aplicaram políticas de ajuste fiscal inspiradas pelo FMI, como se viu em alguns países da Europa: entraram em crise, foram derrotados em eleições, perderam sua base social. Não queremos que isso aconteça com o PT! Ainda é tempo de mudar de política e de plano econômico, o que, na nossa opinião, é essencial para sobrevivência do PT como partido dos trabalhadores”.

O manifesto expressou no congresso do PT a contradição que marcou todo primeiro semestre desse ano, entre as expectativas dos trabalhadores e a política de ajuste, contra a qual a CUT liderou várias mobilizações. Contradição que, diante da recusa da maioria em propor outra política, tende a aprofundar, como mostra o recente veto de Dilma à fórmula 85/95 para a aposentadoria, incluída na Medida Provisória 664 (ver pág. 9).

Lula e Dilma pedem apoio ao ajuste

Durante a fala da presidente, o plenário, que estava disperso, começou a esvaziar-se

No ato político na noite de quinta-feira, Lula e Dilma dirigiram-se aos delegados. Num discurso lido, Lula, referindo-se ao ajuste, disse que o povo pede ao PT e ao governo que “arrumem a casa”. Notável, o mesmo povo cuja maioria deu a vitória a Dilma para derrotar a política de ajuste, proposta pelo PSDB e tão bem conduzida por Joaquim Levy!

Por 50 minutos, o discurso da presidente Dilma pode ser resumido no pedido de apoio do PT ao plano de Levy. Ela disse que o ajuste é “para dar perenidade e sustentabilidade para fazer avançar o projeto de desenvolvimento e mudança que adotamos desde 2003” (...) “Trata-se de preservar conquistas, de consolidar avanços e de estabelecer um novo



mandato de mudanças”. Preservar conquistas e consolidar avanços? Algumas semanas após a aprovação das Medidas Provisórias 664 e 665 que restringiram direitos e do violento corte do orçamento, que compromete programas sociais do governo? Uma faixa, assinada pelo DAP, foi aberta no ato (foto).

Durante o discurso de Dilma o plenário, que já não estava muito atento, foi se esvaziando.

Notas

Na simples troca de palavra, vergonhosa capitulação

Emenda da Mensagem ao Partido (defendida pela Democracia Socialista), propunha: “É preciso alterar a orientação geral da política econômica, com a implementação de estratégias para a retomada do crescimento, para a defesa do emprego, do salário...”. Em negociação com a CNB, os proponentes modificaram

uma palavra, “alterar” para “conduzir”. Como se fosse possível conduzir o plano de ajuste em vigor para outra coisa!? Foi uma cobertura da atual política da cúpula partidária. Como explicou o senador Humberto Costa (PE), do CNB, ao anunciar o acordo, o Congresso do PT precisava reafirmar que “está ao lado” da política aplicada pelo governo.

Estreita margem

A corrente Novo Rumo, que inte-

gra o campo majoritário (PMB), com a Esquerda Popular e Socialista (EPS), apresentou uma emenda “Para além do mercado” que, ainda que prisioneira da política do superávit fiscal primário, trazia críticas ao ajuste e propunha a auditoria da dí-

vida. Defendida por José Américo, deputado estadual de São Paulo, contra a emenda falou o deputado federal Vicente Cândido (SP). A proposta foi rejeitada pela estreita margem de 350 votos contrários e 302 favoráveis.

com a base social, o que está na raiz da crise do PT

um descongelamento que pode indicar uma recomposição de forças originais do partido

Os debates em plenário

Liderada pelo CNB, maioria rejeita propostas que permitiriam ao PT colocar-se à altura da situação

No sábado pela manhã ocorreu a plenária final para apreciação de emendas das teses ou grupos de discussão que se reuniram na véspera.

Apesar do desconforto da base com a política e a situação do partido ter ficado patente nas etapas preparatórias, o que se viu foi uma cúpula refratária. As emendas que propunham mudanças a favor do fortalecimento do partido e da implementação, pelo governo, de uma política favorável à maioria do povo trabalhador, foram rejeitadas pela maioria dos delegados, disciplinados pela corrente Construindo Um Novo Brasil (CNB), que comandava a bancada identificada com a chapa Partido que Muda o Brasil (PMB) do PED de 2013.

Não ao Plano Levy

O Diálogo e Ação Petista, desde as etapas estaduais, trabalhou uma emenda contra o plano Levy, por uma outra política econômica (ver pág. ao lado). Na etapa nacional em Salvador, sentindo-se contemplado com o manifesto dos sindicalistas petistas da CUT, votou a favor de uma emenda defendida por Bruno Elias (Articulação de Esquerda) que inscreveu no curso do congresso, como emenda, os principais trechos do manifesto. Depois do debate, a emenda foi derrotada por 312 votos contrários e 250 a favor. Margem estreita para quem contava com o apoio de Lula e Dilma ao Plano Levy.

Um partido de massa, de base militante

Na discussão do Processo de Eleições Diretas (PED), cinco intervenções contra e cinco a favor da sua continuidade

Patrus Ananias, fundador do PT em Minas, hoje ministro do Desenvolvimento Agrário, identificado com o CNB, fechou as falas pelo fim do PED. “Eu sempre defendi o PT de massas, democrático, um partido de massa militante, não de massa de manobra.” E acrescentou que o PED é “espaço de manipulação, são as kombis que chegam com pessoas que vão votar sem saber o que estão fazendo.”

Misa Boito, membro do DR-PT de São Paulo, defendeu a proposta do Diálogo e Ação Petista, pelo fim do PED e volta “aos encontros, desde a base, para definir a política e eleger as direções partidárias”.

“A melhor resposta ao ataque da direita contra nosso partido é fortalecer o PT, é assim que vejo a discussão do PED.”

Ontem foi lançada uma campanha de arrecadação do partido, que apoio, é a retomada da nossa trajetória. Mas, é preciso retomar a nossa trajetória também na organização. Que partido temos para arrecadar? Um partido onde os filiados e militantes são reduzidos a meros cidadãos que votam a cada quatro anos e a gente sabe que nem sabem no que votam? O 4º



Misa Boito defende o fim do PED e a volta dos encontros

congresso tentou mudar, mas o PED de 2013 foi pior do que o de 2009. Nós já tentamos e não mudou!. O PED tem todos os vícios do sistema político, que nós condenamos”. Recusando o falso argumento de que defender o fim do PED é defender um partido de vanguarda, não um partido de massas, falou: “Eu ajudei a filiar os 500 mil para legalizar o nosso partido. Somos um partido de massa, mas de base militante. Quem esqueceu que releia nossos documentos originais. Nós somos um partido de brasileiros e brasileiras que resolveram construir o PT para transformar a ordem econômica política e social. Somos um partido de militantes conscientes, na construção da luta para transformar esse país”.

O fim do PED foi rejeitado por cerca de 60% do plenário.

Política de alianças: “Fora Cunha”!

Diálogo e Ação Petista apresentou emenda pela revisão da política de alianças do PT, em particular a aliança nacional com o PMDB

Caracterizando que diante da crise esta política tem “levado a dar ainda mais espaço e poder ao principal aliado, o PMDB, muitas vezes sabotador do governo, que opera pela contrarreforma política, pela revisão do sistema de partilha e pela terceirização completa do trabalho com a consequente redução dos direitos”, a emenda propunha rever essa política para 2016, “em favor de alianças com forças políticas e sociais sintonizadas com as reformas populares que o PT defende”.

Julio Turra, membro da Executiva nacional da CUT, defendeu a proposta:

“O modelo político que vivemos no Brasil, herdado em boa medida da ditadura militar, o presidencialismo de coalizão, é um modelo falido. A bancada do PT é tratada como se fosse de um reles partido minoritário na Câmara dos Deputados pelo principal aliado do governo, o PMDB, que detém a vice presidência e passa a ser o articulador político do governo. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, é alvo de mobilização de todos os movimentos sociais nossos aliados, MST, juventude etc. E o Senado tem Renan como presidente. O PT já foi sancionado por essa política de aliança com o PMDB que faz sua bancada ir se reduzindo paulatinamente. Ainda assim, elegeu a maior bancada, mas não tem qualquer governabilidade



Julio Turra defende fim da aliança com PMDB

na Câmara. O PMDB representa os interesses das oligarquias mais reacionárias do Brasil. Os que são contra reforma política democrática estão abrigados majoritariamente no PMDB, como também na questão da terceirização dos direitos trabalhistas. Temos que romper essa política com o PMDB sob pena do partido pagar de novo o tributo por essa aliança contrária à natureza do Partido dos Trabalhadores.”

José Guimarães, da CNB, líder do governo na Câmara, foi interrompido por gritos de “fora Cunha”, ao falar contra a emenda, tentando explicar o inexplicável: “não estamos aqui defendendo Cunha. Estamos aqui defendendo a governabilidade congressual para evitar o isolamento do governo da presidente Dilma” (!?). Em seis meses de sabotagem do PMDB, é de se perguntar de que governabilidade e isolamento ele está falando. A emenda foi rejeitada.

SOLIDARIEDADE A VACCARI

As moções foram remetidas ao Diretório Nacional. Entre elas a de solidariedade ao companheiro João Vaccari, apresentada pelo DAP. O presidente Rui Falcão encerrou o Congresso, assumindo publicamente o compromisso com essa moção.

Na contramão da necessária defesa do PT diante dos ataques – conteúdo da solidariedade a Vaccari – um manifesto, assinado por 35 dos 64 deputados federais do PT, encabeçado pela Mensagem ao Partido, era crítico ao plano Levy, mas propunha “excluir do partido filiados comprovadamente envolvidos em processos de corrupção”. Comprovado por quem? Por esse judiciário comprovadamente manipulador?

RAUL PONT, O “DISTRÁIDO”

Num confuso encaminhamento da votação, a mesa ouviu do plenário “não, não, não, à manipulação”. Na confusão instalada, Raul Pont da Democracia Socialista (DS), toma o microfone para “explicar” que ali ninguém era pelo fim do PED! Isso depois das dez intervenções feitas. Interrompido nessa tentativa de esvaziar o conteúdo da discussão feita, Raul por certo expressava sua opinião. Afinal, a DS foi uma das forças que mais entusiasticamente defenderam o PED quando foi criado, e até a primeira etapa do 5º.

“Pátria Educadora”: garantia do direito à educação?

Mais uma tentativa de implementar no país as recomendações do Banco Mundial

Annunciado como lema do segundo Governo Dilma, a “Pátria Educadora” teve suas primeiras diretrizes anunciadas em 24 de abril pelo Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger. De cara, lembramos que, ao mesmo tempo em que o documento foi divulgado, o governo, aplicando a política de ajuste fiscal do Plano Levy, confiscou da educação mais de R\$ 9 bilhões, o suficiente para colocarmos em questão a aspiração a uma pátria educadora.

As medidas acabam nos apresentando mais do mesmo: trata-se de uma nova tentativa de implementar no país as políticas há décadas recomendadas pelas chamadas Conferências de Educação Para Todos (EPT) promovidas pela Unesco e pelo Banco Mundial.

O texto se divide em 4 tópicos: a) Cooperação Federativa e Financiamento; b) Reorientação Curricular;

c) Diretores e Professores e d) Tecnologias e Técnicas.

Em novos artigos, nosso jornal analisará esses temas.

Premiação e punição por desempenho

De maneira geral, no item dedicado ao federativismo, o texto reafirma diretrizes como a descentralização e a chamada autonomia das redes e mesmo de escolas, ancoradas no que se chama de regime de colaboração, no qual os processos de desresponsabilização da União e dos estados seriam compensados por uma colaboração entre entes federados e o poder central.

Este é o regime vigente desde 1988, com resultados contrários à constituição de um verdadeiro sistema nacional de ensino.

A indicada reorientação curricular também não guarda muitas novidades, com ideias já presentes na reforma do Ensino Médio, que tramita no Congresso Nacional, reforma

contra a qual se posicionou a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE-CUT). Ela prevê a introdução de uma “pedagogia das competências”, alheia ao ensino dos conhecimentos historicamente acumulados e voltados para o desempenho nos testes padronizados que, aliás, voltam a surgir como parâmetro de financiamento das redes e unidades escolares.

Neste sentido, o item dedicado aos professores e diretores se apoia justamente na reafirmação do sistema de premiação e punição por desempenho, aprofundando os processos de responsabilização no modelo estadunidense cujos próprios promotores, como a historiadora Diane Ravitch, começam a abandonar e criticar. Este modelo de responsabilização e recompensa por resultados (Gestão por Resultados) se choca diretamente com as negociações e contratos coletivos da categoria docente e tendem a quebrar os sindicatos.

Diplomas em questão

De outro lado, avança-se no sentido de questionar os diplomas universitários com a ideia de submeter os professores a um teste de proficiência para além da titulação fornecida pelos cursos superiores de licenciatura. Aliás, o documento condena explicitamente os cursos superiores de formação de professores, apresentados como escrutínios de filosofia da educação.

Finalmente, o item consagrado à tecnologia se concentra justamente na otimização destes processos, como a perspectiva de implantar um Enem digital e on line.

Parece mesmo um filme já visto. Para entendermos, contudo, com mais detalhes as medidas propostas, os próximos números de O Trabalho dedicarão espaço ao exame detido das proposições da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Eudes Baima

Em 4 anos, 1 em cada 3 indústrias fecharam no ABC Paulista

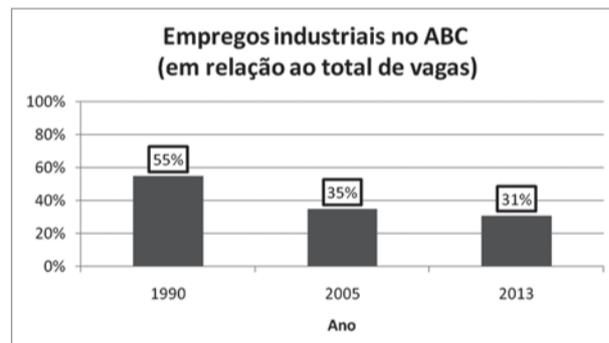
Nos últimos 12 meses, mais de 16 mil trabalhadores demitidos

Os empregos industriais do ABC paulista, que já vinham caindo ao longo dos anos, estão sob forte ameaça com a política recessiva de Levy. As vagas na indústria das sete cidades da região, que representavam 55% do total em 1990, caíram a 31% em 2013 (veja gráfico).

Com a ameaça constante de desemprego, o trabalhador industrial do ABC Paulista também viu seu rendimento médio mensal cair 10% entre 2010 e 2013, indo de R\$ 3.284 para R\$ 2.947.

Desindustrialização e desemprego

O fato é que a participação da indústria na economia da região vem sendo proporcionalmente reduzida



em número de empresas, postos de trabalho e na contribuição para o PIB. 33% dos estabelecimentos industriais no ABC paulista fecharam as portas entre de 2010 e 2013. Caiu de 8.788 para 5.887 indústrias (dados do Ciesp e do Rais – Ministério

do Trabalho e Emprego). Além disso, os capitalistas quando aumentam sua produtividade com automação industrial preferem demitir os trabalhadores “excedentes” para aumentar seus lucros. Isso, mesmo com toda as benesses que receberam do governo nos últimos anos (isenções de impostos e desonerações).

Mas os números também demonstram que há uma dizimação da indústria na região, principal pólo industrial do país, e berço de fundação do PT, fruto da ausência de uma verdadeira política industrial.

Uma das questões que a patronal aponta é o câmbio, que esteve muito valorizado nos últimos anos. Com o dólar mais barato, os importados ficam mais baratos. Os empresários alegam que não conseguem competir com os produtos estrangeiros.

É preciso exigir do governo Dilma outra política econômica, como afirma o Manifesto dos sindicalistas petistas: “É preciso que o PT afirme a necessidade do Estado atuar a favor do crescimento, é necessário reduzir a taxa de juros, fazer com que as tarifas públicas contribuam para a queda da inflação e implementar programas governamentais de incentivo à atividade produtiva.”

Mateus Santos

Agricultura familiar: Plano Safra não é aquilo que desejávamos

Dirigente da Fetraf cobra também os 150 decretos de desapropriação que estão na mesa da presidente

No último dia 22 a presidente Dilma Rousseff anunciou a liberação de R\$ 28,9 bilhões para o Plano Safra de Agricultura Familiar, que é responsável por 70% dos alimentos que vão para as mesas das famílias brasileiras. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, 84% dos estabelecimentos rurais do Brasil são agricultores familiares (4,3 milhões).

O coordenador geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-CUT), Marcos Rochinski, declarou que os movimentos esperavam mais do programa.

“Por mais que o plano tenha avanços importantes, não é aquilo que a Fetraf desejava. Imaginávamos e reivindicávamos um Plano Safra com mais recursos e com, no mínimo, manutenção das taxas de juros. O aumento dessas taxas pode significar a restrição à produção, especialmente para os agricultores mais pobres”.

Rochinski também se diz desconfiado em relação à promessa de tirar do papel um programa de reforma agrária. “Temos visto com muito bons olhos o Patrus Ananias (ministro do Desenvolvimento Agrário)



São 120 mil famílias sem terra acampadas no Brasil, segundo o MST

afirmar que a reforma agrária é grande prioridade para o ministério, mas num ano em que houve cortes em

todos os setores, qual a efetividade desse plano? Estamos numa expectativa de ver esse plano não com medidas só médio e longo prazo, mas com mudanças estruturantes que mexam na concentração de terra. Isso significaria assinar ao menos 150 decretos de desapropriação de terra que estão parados na mesa da presidência”, defendeu. (Agência Brasil)

Nada além da fórmula 85/95!

A “progressividade” é inaceitável e deve ser derrubada com pressão no Congresso

Em 17 de junho, a presidente Dilma vetou a fórmula 85/95, alternativa ao Fator Previdenciário, que havia sido incluída na Medida Provisória 664 – que dificulta o acesso dos trabalhadores à pensão por morte e ao auxílio doença – durante sua tramitação na Câmara e Senado.

Entretanto, ao vetar a 85/95 o governo emitiu nova Medida Provisória (MP 676) que parte da mesma fórmula – soma do tempo de contribuição com a idade de quem requer aposentadoria – mas com uma “progressividade” até atingir 90/100 em 2022.

Assim, quem entrar com pedido de aposentadoria hoje pode optar pela fórmula 85/95, que é melhor do que a aplicação do Fator Previdenciário na maioria dos casos. Mas só até janeiro de 2017, quando a regra vira 86/96. Em 2019 passa a 87/97, em 2020 vai para 88/98, em 2021 para 89/99 e em 2022 vira 90/100. Tal “progressão” anula as eventuais vantagens que a fórmula 85/95 poderia trazer e reproduz o mecanismo do famigerado Fator Previdenciário.

Derrubar a progressividade

A CUT e outras centrais já discutiram como pressionar o Congresso a derrubar um veto puro e simples da 85/95. Com a nova MP 676 a situação ficou embaralhada. Como se sabe, uma MP entra em vigor na data de sua publicação, logo a 85/95 está em vigor, o que não deixa de ser um resultado da pressão sindical sobre



Mobilização das centrais exige o fim do fator

o Governo e o Congresso. Mas a “progressividade” é inaceitável.

Em 18 de junho, uma nota do presidente da CUT, Vagner Freitas, veio a público. Com o título “CUT considera regra 85/95 uma conquista, questiona a progressividade e quer discutir a sustentabilidade da Previdência Social”, nela podemos ler:

“A CUT luta, desde 1998, contra o Fator Previdenciário, implantado por FHC, que forçava os/as trabalhadores/as a atrasar as aposentadorias e reduzia os valores dos benefícios em até 40% para os homens e 50% para as mulheres. (...)”

A partir de hoje, quem tem direito à aposentadoria já não terá mais parte de seus direitos confiscados, pode de imediato utilizar a fórmula 85/95.

O modelo de progressividade incluído na MP 676, no entanto, não resolve as contas da Previdência Social e, entre 2017 e 2022, atrasará o acesso dos/as trabalhadores/as à previdência. Esse debate é mais amplo e requer mais informações. (...)”

A CUT vai manter a campanha em defesa do 85/95, garantindo a aposentadoria integral a quem é de direito e vai manter as negociações para que o Brasil tenha uma Previdência viável, sustentável e justa.”

A questão central não é que a “progressividade” não resolve as contas da Previdência (ver box abaixo), mas sim que ela anula o pequeno avanço que é a aplicação da fórmula 85/95.

Por isso a CUT deve liderar a pressão para eliminar qualquer referên-

cia à “progressividade” na MP 676 que agora vai à discussão no Congresso. Deve pressionar pela aprovação de uma emenda supressiva da progressão até 2022, particularmente cobrando o apoio da bancada do PT na Câmara. Das emendas já registradas, apenas a do senador Paim (PT-RS) propõe a supressão da progressividade.

Não se pode comer gato por lebre! Se a fórmula 85/95 está em vigor, que assim continue até a extinção definitiva do Fator Previdenciário, que é o que quer a classe trabalhadora!

Julio Turra

A PREVIDÊNCIA É “SUSTENTÁVEL”?

O discurso governamental é que as contas da Previdência não são sustentáveis, em função do aumento da longevidade dos brasileiros. Nada mais falso. Especialistas no tema, como o professor da Unicamp Eduardo Fagnani, explicam que a Constituição de 1988 criou “fontes de financiamento (como a CSLL e a Cofins) que integram o Orçamento da Seguridade Social. Tal Orçamento tem sido superavitário em R\$ 78 bilhões, a despeito da DRU (Desvinculação das Receitas da União) e das equivocadas desonerações fiscais, que afetam gravemente a sustentação financeira do setor”.

O problema é que tais fontes de financiamento não têm sido aplicadas na Previdência. Assim como a extinta CPMF, acabam sendo destinadas para cobrir outros rombos do governo, cuja prioridade é pagar juros da dívida.

Na década passada, a “forte recuperação do mercado de trabalho fez aumentar a arrecadação previdenciária que voltou a ser superavitária nas cidades, fato que não ocorria desde 1996. Isso aconteceu a despeito da expansão quantitativa dos benefícios, bem como da forte recuperação real de seus valores, decorrentes da agressiva política de valorização do salário mínimo.

PMDB se alia ao PSDB contra a Petrobras

Senado aprova regime de urgência para projeto de Serra

Com o apoio do presidente Renan Calheiros (PMDB), que acionou a polícia legislativa para impedir com armas de choque os protestos promovidos pela CUT, FUP e demais entidades, o Senado aprovou o regime de urgência (votação direto em plenário) do Projeto de Lei 131 do senador José Serra (PSDB) que reduz o papel da Petrobras no pré-sal, retirando dela a condição de operadora única e o direito de uma participação mínima de 30% do petróleo extraído.

Enquanto isso, segundo o jornal OESP de 15/6, a Petrobras estuda dividir sua subsidiária de gás e energia, a Gaspetro, em duas empresas para colocá-la a venda dentro do plano de ajuste fiscal para fazer superávit primário para os banqueiros.

Segundo o jornal, as negociações estão avançadas com a Mitsui, empresa japonesa interessada na área de distribuição e alvo na operação Lava Jato por denúncia de pagamento de propina ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB).

Atualmente as decisões da Gaspetro não são pautadas pelo lucro. Muitas vezes o gás natural vendido para a produção de energia é subsidiado para garantir o abastecimento do país, principalmente nesse momento que as hidrelétricas estão produzindo pouco por causa da seca nos reservatórios. Privatizadas, as empresas teriam essa obrigação até o término dos contratos já firmados. E depois? Só o que der lucro, claro.

Nilton de Martins

CAMPANHA EM DEFESA DA PETROBRAS

No último dia 14, por iniciativa do Diálogo e Ação Petista (DAP de Guaianazes), do Diretório Zonal do PT e do mandato do vereador Senival Moura, 80 pessoas se reuniram para discutir a luta em defesa da Petrobras. Cibele do Sindpetro ex-

plicou a construção da Petrobras, o pré-sal e o regime de partilha, reforçando a convicção de todos de lutar em defesa da Petrobras, contra quebra do regime de Partilha.

Também em Santos, no último dia 18, por iniciativa do Diálogo e Ação Petista e do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, foi realizado o debate “A Petrobras e a cobertura da mídia”. A Regional do sindicato reuniu 20 pessoas, que ouviram os companheiros João Moraes, da Federação Única dos Petroleiros e Renato Rovai, editor da Revista Fórum. Ambos falaram sobre as articulações do Congresso e da mídia para entregar a estatal ao capital estrangeiro.



Atividade em defesa da Petrobras luta o Diretório do PT de Guaianazes

Provocação tucana em Caracas

Câmara e governo embarcam na farsa de Aécio e cia.

Em 18 de junho, uma comitiva de senadores brasileiros desembarcou de um avião da FAB no aeroporto internacional da Maiquetía (25 km de Caracas). Liderada por Aécio Neves e Aloysio Nunes (PSDB), dela faziam parte o também tucano Cássio Cunha Lima, Ronaldo Caiado e José Agripino (DEM), José Medeiros (PPS), Sérgio Petecão (PSD) e Ricardo Ferraço (PMDB).

Após o desembarque, onde foram recebidos por figuras da oposição de direita da Venezuela, os senadores embarcaram numa van e, diante de um acidente na rodovia que sobe até Caracas, não saíram das imediações do aeroporto. A van foi cercada por cerca de 30 manifestantes que gritavam palavras de ordem contra a ingerência estrangeira nos assuntos internos do país.

Bastou isso para dar um “chilique” nos senadores, que denunciaram estar bloqueados e ameaçados em sua segurança física por “um governo que não respeita a democracia”!

“Quienes carajo son estos senado-



Venezuelanos protestam contra a presença dos senadores brasileiros

res brasileiros?” É o que pergunta um artigo do Coletivo Trabalho e Juventude, grupo simpatizante da 4ª Internacional na Venezuela.

Nele podemos ler que “Aécio Neves, junto com parlamentares de direita do Brasil, participou de um plano de Maria Corina Machado (da oposição de direita, NdT) para manipular a informação, diante do acidente na rodovia (...) para esconder a chegada a Caracas do criminoso Yonny Bolívar”. Este Yonny, explica o artigo, “tem muito que explicar sobre seu papel nas ‘guarimbas’ (blo-

queios violentos da oposição, NdT) de 2014, o que deixa muito nervosa a direita venezuelana”.

No mesmo dia, segue o artigo, o presidente da Fedecamaras (empresários) Jorge Roig, declara que “a Venezuela se encontra às portas de uma hiperinflação”, e que “dava cinco meses ao governo”.

Em suma, a comitiva de Aécio e Aloysio fazia parte da operação internacional, liderada pelos EUA, de sanções contra o governo da Venezuela, acusado de não respeitar a democracia.

Brasília se dobra à provocação

A Câmara aprovou uma moção de repúdio ao governo da Venezuela no mesmo dia 18. O líder do governo, José Guimarães (PT-CE) pediu o voto a favor, sendo seguido pelas bancadas do PT, PCdoB e PSOL, numa moção que dizia que os parlamentares estavam sendo “covarde-

mente agredidos”, aprovada por unanimidade. O governo federal também entrou na provocação. Já tinha, através do ministro da Defesa, Jacques Wagner, fornecido o avião da FAB para a comitiva, sem nenhuma obrigação de fazê-lo. O Itamaraty emitiu nota que qualificava de “atos hostis” os protestos contra a comitiva, pedindo “devidos esclarecimentos” ao governo Maduro.

Numa nota do PT, firmada por Rui Falcão e Mônica Valente, lemos que: “A visita da comitiva acarretou um incidente, explorado politicamente, na tentativa frustrada de comprometer o Itamaraty com os lamentáveis episódios”. A quais episódios lamentáveis se refere? Depois diz: “Diante do factoide provocado pelos opositores, o PT reitera sua defesa dos princípios do respeito à soberania e da não-intervenção em assuntos internos de outros países”. Se o objetivo era diminuir o vexame do governo ter engolido a provocação tucana, a nota ficou no meio do caminho.

Lauro Fagundes

México, depois das eleições de 7 de junho

População rechaça o governo pró-imperialista de Peña Nieto e os partidos tradicionais

As eleições de 7 de junho, no México, ocorreram numa situação ainda marcada pelo massacre dos jovens secundaristas de Ayotzinapa, em setembro de 2014, atacados por bandos mafiosos em conluio com policiais.

O clima de violência e decomposição social revelou-se, durante a campanha, no assassinato de duas dezenas de candidatos e assessores de candidatos, membros dos principais partidos.

Estavam em jogo 500 assentos na Câmara dos Deputados, o governo de nove estados, cadeiras em Assembleias Legislativas e as prefeituras de 17 municípios. O resultado foi um rechaço ao governo do presidente Peña Nieto, do Partido Revolucioná-

rio Institucional (PRI): apesar das fraudes, compra de votos e outros mecanismos de pressão, o PRI obteve apoio de apenas 14% dos eleitores. Num quadro em que as abstenções mais votos nulos e brancos somaram 60%, um jornal sensacionalista mexicano definiu assim as eleições: “O México votou! Sejamos claros: foi uma minoria do eleitorado que votou e uma ínfima minoria votou a favor do partido do Estado, o PRI”.

A sustentação de Peña Nieto vem do imperialismo, da oligarquia mexicana e dos outros dois partidos institucionais, também eles atingidos pela rejeição popular, o Partido da Ação Nacional (PAN, de direita) e o Partido da Revolução Democrática (PRD, da “esquerda” institucional).

É com base nessa sustentação que, logo após as eleições, Peña Nieto anunciou mais contrarreformas, entre elas o desmonte da empresa pública de petróleo, a Pemex.

Construir a Organização Política dos Trabalhadores e do Povo (OPT)

A massa dos jovens que não quiseram anular o voto ou abster-se foi levada a expressar seu rechaço ao PRI e PAN votando em personagens midiáticos, um dos quais se apresentava “contra os partidos”.

Já o novo partido Morena, fez a maior bancada da Assembleia Legislativa do Distrito Federal, beneficiando-se do rechaço aos partidos institucionais e da trajetória do seu dirigente, Lopez Obrador, identificada

com a defesa da Pemex e a denúncia da violência e das fraudes eleitorais.

Mais do que nunca, está colocada a necessidade de avançar na construção de um partido que seja a representação política dos trabalhadores.

Esse é o desafio da Organização Política dos Trabalhadores e do Povo (OPT), fundada em 2011 a partir da luta de resistência dos eletricitários mexicanos, com seu sindicato, o SME.

A construção da OPT exige o enfrentamento às medidas pró-imperialistas e anti-operárias do governo Peña Nieto com uma estratégia de construção da unidade em defesa da soberania nacional e dos direitos dos trabalhadores e do povo.

Correspondente

Greve geral na Argentina

Em 9 de junho, no quadro das negociações coletivas dos trabalhadores (chamadas de “paritárias”) uma nova greve geral (a quinta durante os governos kirchneristas) parou a Argentina. A principal reivindicação é o fim do limite de 27% (“tope”) que o governo tenta estabelecer para reajuste salarial durante as “paritárias”.

Ao contrário do que noticiou a

imprensa, é simplista dizer que a greve foi conduzida por “sindicatos opositores”, pois nas cinco centrais sindicais que hoje existem na Argentina há muita heterogeneidade.

No impulso da greve geral, alguns sindicatos já conseguiram arrancar reajustes superiores aos 27%. Um exemplo é o dos azeiteiros que fizeram greve por 26 dias, atravessando



Buenos Aires com transportes totalmente paralisados

a preparação da greve geral, e fecharam a negociação conquistando 27,8%. Depois do 9 de junho as negociações continuam, entre elas a dos transportes, um dos setores que mais impactou a greve geral.

Correspondente

França: a luta pela construção da unidade

Mil militantes de todas as tendências se reúnem a convite do jornal Informações Operárias

Após o final da segunda guerra mundial a burguesia dos principais países da Europa viu-se obrigada a fazer enormes concessões aos trabalhadores para preservar o Estado burguês, particularmente na França. Um exemplo é o sistema de seguridade social que garante (garantia!) completo atendimento médico gratuito e aposentadoria integral.

Hoje, para alimentar a voracidade da especulação financeira, governos de todas as colorações, subordinados ao FMI e à União Europeia, atacam sem tréguas as conquistas arrancadas pela luta da classe operária.

Na França - como antes na Grécia, Espanha e Portugal - é o governo de um Partido "socialista" (PS) que aplica os programas ditos de "austeridade", chocando-se frontalmente com sua própria base social.

Essa é a razão dos níveis recordes de abstenção eleitoral nas regiões operárias, provocando profundas derrotas do PS - mas sem o aumento expressivo do número de votos da direita como a imprensa em geral quer fazer crer.

Resistência operária

Para aprovar medidas que levam ao fechamento de leitos hospitalares, desregulamentação de direitos trabalhistas, desmonte das escolas públicas, desemprego, o governo do PS tenta um "diálogo social", apoiando-se em entidades como a CFDT (central sindical defensora da colaboração de classes).

Mas o que prevalece são militantes e dirigentes que querem se manter fiéis aos interesses de sua classe,



Paris, assembleia-debate em 6 de junho

impulsionando as greves e manifestações que expressam a resistência dos trabalhadores e a defesa da independência sindical.

Foi o que ocorreu na greve geral de 9 de abril, convocada pelas centrais CGT, CGT-FO, FSU e Solidários, exigindo a retirada do chamado pacto de responsabilidade (123 bilhões de reais de desoneração fiscal para os patrões até 2017 e cortes de 150 bilhões de reais nas despesas públicas) e fim da lei Macron (Ministro da economia que impõem medidas que atacam direitos dos trabalhadores).

Foi nesse cenário que o "Informações Operárias", jornal do POI-Partido Operário Independente (1) e tribuna livre da luta de classes, realizou, no dia 6 de junho, uma Assem-

bleia-debate aberta à ampla participação.

Durante oito edições preparatórias o IO publicou textos de sindicalistas das centrais sindicais CGT, CGT-FO, FSU e de militantes políticos do próprio PS, do Partido Comunista, PG (Partido de Esquerda), além do POI, com reflexões e propostas sobre a continuidade após a greve de 9 de abril, a defesa da independência das organizações sindicais, sobre a questão do governo do PS, as instituições antidemocráticas da Quinta República (2), a camisa de força da União Europeia...

Como barrar as contra-reformas?

O resultado foi um grande sucesso. Em 6 de junho, num auditório em Paris, mais de mil militantes de todas as tendências, constituíram a Assembleia-debate numa verdadeira Conferência política, que não se confundiu nem substituiu as organizações sindicais.

Esse trabalho de agrupamento continuará, como depois explicou o editor do IO, Lucien Gauthier:

"O sucesso do 6 de junho, que reuniu um milhar de militantes operários, democratas, vereadores e prefeitos, por iniciativa do Informações Operárias é o ponto de partida para uma série de assembleias-debates nos diversos Departamentos (regiões administrativas da França, Ndr) com o objetivo de reunir milhares e mi-

lhares de militantes e trabalhadores.

Como dissemos diversas vezes, não há contradição no fato de Informações Operárias ser, ao mesmo tempo, o semanário do POI e tribuna livre da luta de classes, pois ninguém pretende impor seu ponto de vista a quem quer que seja.

Trata-se de um debate livre entre militantes operários, democratas, parlamentares de origens sindicais e políticas as mais diversas, mas que desejam todos contribuir para a discussão e a ação para barrar os planos desse governo e sua política.

É por isso que, depois da assembleia-debate de 6 de junho, o jornal IO continua a publicar uma tribuna de discussão com o objetivo de ajudar ao livre debate no seio do movimento operário."

O objetivo de todo esse trabalho é participar ativamente da construção de pontos de apoio para a classe operária reunir, por seus próprios meios, as condições de realizar sua indispensável unidade para derrotar os planos do governo "socialista".

Edison Cardoni

Notas:

(1) POI-Partido Operário Independente - fundado em junho de 2008, o POI é uma construção comum de militantes de origens diversas do movimento operário e é integrado pelos militantes da seção francesa da 4ª. Internacional, a CCI-Corrente Comunista Internacionalista.

(2) Quinta República: atual sistema de governo da França, implantado pela Constituição de 1958 imposta pelo general Charles de Gaulle e que atribuiu enormes poderes ao presidente.

"O direito de greve é inegociável!"

Sindicalistas reunidos em Genebra defendem unidade contra repressão

Em 7 de junho ocorreu em Genebra (Suíça), durante a realização da Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o 22º Encontro de sindicalistas de iniciativa do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos.

Sessenta militantes de 11 países - Alemanha, Benín, Espanha, França, Grécia, Guadalupe, Guiné, Itália, Eslovênia, Suíça e Togo - discutiram: a luta contra a repressão antisindical e a defesa incondicional do direito de greve.

Repressão antisindical

Destacou-se a participação de sindicalistas da Espanha, repercutindo

a campanha internacional em defesa dos mais de 300 trabalhadores submetidos a processos judiciais baseados em leis herdadas do franquismo.

A utilização de leis autoritárias para reprimir a ação sindical não é exclusiva da Espanha. Vários participantes relataram casos similares em seus países. Assim, na Grécia, há dois anos, professores foram obrigados a trabalhar com base numa lei herdada da junta militar que governou o país nos anos 70, como denunciou Nikiforos Konstantinou, do sindicato dos professores secundários (OLME).

As perseguições contra dirigentes

da União Geral de Trabalhadores de Guadalupe (UGTG), colônia francesa nas Antilhas, também foram objeto de discussão visando a continuidade da campanha em sua defesa.

Ofensiva mundial contra o direito de greve

Jacques Paris, sindicalista francês, afirmou que "a jurisprudência da OIT há mais de 60 anos estabelece que o direito de greve é derivado da Convenção 87 sobre a liberdade sindical. Entretanto não há qualquer referência disso no documento acordado em fevereiro por dirigentes da CSI e o grupo dos empregadores". Para os empregadores, disse Paris, "o

direito de greve é uma questão de legislação nacional".

Resumindo a posição dos participantes no Encontro, foi afirmado que as cúpulas do movimento sindical teriam feito melhor afirmando que o direito de greve é inegociável.

"Na OIT há um 'cessar fogo' na ofensiva contra o direito de greve, mas ela pode voltar a qualquer momento", disse o representante da Organização de Unidade Sindical Africana (OUSA), Abdoulaye Diallo, da Guiné.

"A melhor maneira de defender o direito de greve é utilizá-lo", foi a conclusão do debate.

Correspondente

Pressão brutal sobre a Grécia

FMI, União Europeia, Obama, Merkel e Hollande querem impor suas determinações contra o povo grego

No fechamento desta edição, as negociações entre o FMI, a Comissão Europeia (CE) e o Banco Central Europeu (BCE), de um lado, e o governo da Grécia, de outro, estavam para ser concluídas, depois de semanas de tensão e de pressão do imperialismo para que o governo da Esquerda Radical (Syriza) aceite suas imposições. Esses representantes do capital saudaram como “um passo adiante” as propostas feitas pelo primeiro-ministro grego, Alexis Tsipras.

No dia 30 de junho, o governo grego precisará pagar 1,6 bilhão de euros de sua dívida com o FMI. Para isso, precisará de novo empréstimo de 7,2 bilhões de euros, que o FMI e a CE só concederão se a Grécia aceitar aplicar os planos de austeridade que essas instituições exigem.



21 de junho, manifestação em Atenas contra medidas de austeridade

Turquia: derrota de Erdogan

Na Turquia, o partido governista AKP (dito “islamista moderado”), do presidente Recep Erdogan, sofreu uma derrota nas eleições legislativas de 7 de junho. Se no pleito de 2011 o partido havia obtido 49,7% dos votos, conquistando 330 deputados entre 550, agora sua votação caiu para 41%, o que lhe dá 258 cadeiras. Em 13 anos, é a primeira vez que perde a maioria.

A lei antidemocrática turca exige votação de pelo menos 10% para que os partidos possam eleger parlamentares. O HDP, que representa a minoria curda, conseguiu 13%, obtendo 80 deputados. Até então, esse partido não passara de 7%, e muitos de seus candidatos só conseguiam ser eleitos ao se apresentarem como “independentes”. O CHP, partido de tradição “kemalista” (de Mustafa Kemal, fundador da República da Turquia), obteve 132 deputados – em 2011, foram 134.

Duas razões centrais explicam o resultado vitorioso do HDP. A primeira é que muitos curdos deixaram de votar no AKP, por causa da política de Erdogan na Síria: seu apoio ativo ao “Estado Islâmico” em Rojava (região curda da Síria) e na cidade de Kobané contra as guerrilhas curdas. A segunda é que muitos jovens turcos que participaram da revolta da Praça Taksim (Istambul), em 2013, votaram no HDP, como forma de derrotar Erdogan.

As propostas de Tsipras abrangem novas taxas, cortes no orçamento da Defesa, assim como um imposto de valor agregado (IVA) de 6%, 13% ou 23%, dependendo do setor da economia. O governo pretende suprimir mais rapidamente do que o previsto os mecanismos de pré-aposentadoria, cortar algumas aposentadorias complementares e elevar as contribuições do regime geral, no valor total de 800 milhões de euros em 2016.

Tsipras declarou que “não é por causa de nossa intransigência” que um acordo ainda não havia sido assinado. Na verdade, a resistência dos trabalhadores gregos tornou difícil para o governo ceder às exigências dos mesmos que estrangularam a Grécia nas “negociações”.

“Paródia de negociações”, na verdade, declarou Stathis Kouvelakis, membro da esquerda do Syriza, que denunciou o fato de que as exigências de Angela Merkel (chanceler da Alemanha), François Hollande (presidente da França) e Jean-Claude Juncker (presidente da CE) não passam das “condições aceitas pelo governo grego anterior”, expulso do poder em janeiro. Nas eleições, o Syriza foi o mais votado ao ser identificado pelos trabalhadores e pelo povo grego como uma força política contrária às medidas de austeridade. Como, agora, aplicar essas medidas que os eleitores rejeitaram?

Nas sombras, é o governo estadunidense que se empenha por um acordo. O secretário do Tesouro dos EUA, Jack Lew, fez pressão tanto sobre o primeiro-ministro grego quanto com instituições como a UE e o FMI. Ao primeiro, Lew demandou “propostas com credibilidade” de

“reformas”. Dos segundos, exigiu que façam “sua parte do trabalho”, inclusive algumas concessões secundárias. Para o representante de Obama, é preciso evitar a qualquer custo um “acidente” com a Grécia, que levaria à quebra em cadeia dos bancos europeus (detentores da dívida grega), assim como do euro e das instituições europeias em crise.

Manifestações em Atenas

Em Atenas e em toda a Grécia, há inquietação entre os trabalhadores, as camadas populares e os pequenos camponeses. Nos últimos dias, pelo menos quatro manifestações e contramanifestações lotaram a Praça Syntagma, em frente ao Parlamento.

No dia 17, entre 7 mil e 10 mil manifestantes reuniram-se ali, contra a chantagem e as ameaças do FMI e da CE, sob os seguintes slogans: “Não temos medo, não vamos recuar! Nenhum sacrifício em nome da dívida e do euro!”. No dia seguinte, a praça encheu novamen-

te, mas dessa vez de manifestantes vindos dos bairros ricos, convocados pelas organizações patronais, sob o tema: “Tsipras deve assinar o acordo, queremos continuar na União Europeia”.

No domingo, 21, os trabalhadores atenienses se reuniram aos milhares, convocados pela Adedy, central sindical dos trabalhadores do setor público. Agitando uma lista de reivindicações, entre as quais o restabelecimento dos níveis de salários e aposentadorias anteriores a 2010, a readmissão de todos os servidores demitidos, a anulação dos memorandos e da dívida externa e a nacionalização dos bancos, o apelo da entidade conclui afirmando que “se o governo anunciar um acordo com o FMI e o BCE, o Comitê Executivo da Adedy se reunirá imediatamente para discutir um programa de greves”. Esse ato foi boicotado (como o do dia 17) pela direção do Partido Comunista e pela direção da outra central sindical, GSEE, ainda dominada pelo Pasok (Partido “Socialista”). De novo, no dia seguinte (22), houve mais uma contramanifestação da burguesia ateniense.

É certo que os dirigentes do Syriza estão comprometidos com o pagamento da dívida, e a não romper com o FMI e a UE. Sua promessa eleitoral de anular os memorandos da troika (FMI, BCE e UE) foi rapidamente esquecida. O restabelecimento do salário mínimo de 750 euros foi adiado. Mas milhões de trabalhadores constataram também que, nos últimos cinco meses, pela primeira vez em cinco anos, o governo não demitiu servidores nem diminuiu salários e aposentadorias. E quatro mil servidores que haviam perdido o emprego foram readmitidos. Os trabalhadores, nas ruas, recusam as imposições. Seu movimento é que fará a diferença.

Correspondente

Assine **O TRABALHO** ☆

Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$45,00 24 edições: R\$90,00 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo

Fone/fax: (11) 2613-2232